



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2025/00071**OBJETO: Contratação de serviços de sustentação e manutenção de sistemas na modalidade fábrica de software****NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-NTE-2025/00158****1. Do Objeto**

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação a serem executados em conformidade com as diretrizes, políticas, procedimentos e especificações técnicas previstas pela Telebras, de forma a testar a capacidade organizacional para operacionalizar os serviços de TI e atender às necessidades tecnológicas das unidades de organização.

1.2. A contratação destes serviços ocorrerá conforme relacionado abaixo, de acordo com as especificações e requisitos constantes neste documento e demais anexos.

Serviço de sustentação de modificações em sistemas já existentes, em produção, com o objetivo de prevenção, correção de falhas, correção de adaptações, desenvolvimento de correções e tratamento de dúvidas em plataforma aberta, SAP e SAP/S4HANA (ABAP e Parametrizações SAP - "Z"), conforme anexo 1 no documento nº TLB-ASS-2025/04303.

2. Da Justificativa da Contratação**2.1. Motivação**

2.1.1. Telecomunicações Brasileiras SA - Telebras é uma sociedade anônima aberta, de economia mista, constituída em 09 de novembro de 1972, nos termos da autorização inscrita na Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, e de acordo com o Decreto nº 7.175/2010, que foi substituído pelo 9.612/2018, cabe à Telebras implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal, apoiar e apoiar políticas públicas em banda larga, além de fornecer infraestrutura e redes de suporte a serviços de comunicações prestados por empresas privadas, estados, Distrito Federal, municípios e entidades sem fins lucrativos.

2.1.2. Para atendimento das competências referidas e considerando-se que o cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais da Telebras depende intimamente dos recursos fornecidos pela Gerência de Tecnologia da Informação - GTI, e que à GTI compete sempre buscar uma entrega de valor, por meio de serviços funcionais ao propósito e ao uso, úteis e com garantia de funcionamento, em decorrência disso, como alternativa ágil e racional, a contratação de serviços de desenvolvimento também com outras empresas, ampliando, com isso, a capacidade de atendimento às necessidades das diversas áreas usuárias. A forma mais adequada para o presente termo de referência é a contratação de serviços de sustentação e manutenção de sistemas na modalidade fábrica de software, modelo esse já maduro e consolidado no mercado.

2.2. Justificativa da contratação

2.2.1. A contratação dos serviços de tradução da Telebras a requisitos legais e normativos, e traz benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade, economicidade. Trazendo recursos humanos capacitados técnicos, diminuindo o tempo de atendimento e melhorando a qualidade na prestação do serviço.

2.2.2. O modelo de contratação pretende suprir a demanda de TI no âmbito de continuidade dos sistemas atuais.



TLBREF202500071A

2.3. Resultados a serem realizados:

2.3.1. Vazão e agilidade no atendimento a demandas de manutenção de sistemas informatizados, através da expansão da capacidade de produção desses serviços;

2.3.2. Garantir a continuidade na prestação dos serviços de manutenção e estabilidade aos sistemas de operação pela Telebras, mantendo-os em perfeitas condições de uso e evoluções conforme necessidades e legislações em vigor.

3. Da Classificação do Bem e do Enquadramento Legal

3.1. RELIC - Regulamento Interno da Telebras Regulamento de Licitações e Contratos da Telecomunicações Brasileiras SA

3.2. A Lei 13.303/2016: Dispõe sobre o Estatuto jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3.3. Lei nº 10.406: Institui o Código Civil.

3.4. Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, por meio de contratação, de serviços de administração pública federal direta, autárquica e fundamental e das empresas públicas e das sociedades de economia mistas controladas pela União;

3.5. Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação designada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

3.6. Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta o preço, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

3.7. Instrução Normativa SLTI nº 01/2019: Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal;

3.8. Instrução Normativa nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundamental e dá outras providências.

3.9. Decreto 7.746/2012: Estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

3.10. A contratação da TI comprova este termo de referência enquadrado na categoria de bens e serviços comuns, onde os requisitos técnicos são suficientes para determinar a solução escolhida.

3.11. A contratação é comercializada por mais de uma empresa no mercado sendo, portanto, padronizada pelo mercado de tecnologia da informação, podendo ser utilizada a modalidade de Pregão Eletrônico, conforme recomendações do Parágrafo único do art. 20 da IN04/2010, e do tipo menor preço por lote, quando para o caso, conforme Art. 2º § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras, conforme disposto no artigo 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 10.024 /2019 e art. 54, da Lei 13.303/16. O Regime de execução é por preços unitários, visto que as unidades são claras e definidas, conforme indicado no quantitativo estimado.

3.12. Os serviços especificados neste termo de referência são caracterizados como de natureza contínua, enquadrados no conceito descrito na instrução normativa 02 do Ministério do Planejamento - Anexo I transcrito "Serviços continuados são aqueles cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da administração e cuja necessidade de contratação deve se estender por mais de um exercício financeiro e contínuo" complementado e justificado a seguir:



3.12.1. Conforme o conceito extraído do dicionário, fábrica é o estabelecimento ou lugar onde se fabrica alguma coisa. Trazendo a realidade deste objeto temos a contratação de fabricação de softwares, fabricação esta que não pode ser interrompida em virtude do constante surgimento de novas tecnologias, novas legislações ou novas exigências regulatórias, provocando evoluções ou mesmo construção de novas ferramentas tornando imperativas este objeto;

3.12.2. No caso de sustentação, falhas, necessidade de correções que possuam prazos legais, avaliações ou mesmo necessidade rápida de informação para tomada de decisão descabendo a possibilidade da falta dos serviços associados;

3.12.3. Justifica-se, ainda, que a empresa não dispõe de quadro próprio especializado em tecnologia da informação, em número suficiente de profissionais, para fazer frente a essas necessidades, o que corrobora com a contratação destes serviços.

3.13. O objetivo da contratação é garantir uma concorrência justa de mercado, atraindo fornecedores comprometidos com a qualidade do serviço e das entregas e que tenham recursos humanos e tecnológicos compatíveis com os níveis de proficiência exigidos.

3.14. Sugere-se que a licitação seja realizada na modalidade de pregão, com julgamento pelo sorteio de menor preço, atendidas as especificações e características técnicas fornecidas no presente termo de referência. A justificativa é que se trate da contratação de serviços com base em padrões de desempenho e qualidade definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, tendo diversos fornecedores capazes de prestá-los, caracterizando-se como serviço comum, de acordo com o Decreto 7174/2010 artigo 9º, § 2.

4. Da Descrição do Objeto

4.1. A forma de rescisão do contrato está disposta no anexo 1 no documento nº TLB-ASS-2025/04303.

5. Dos quantitativos do objeto

5.1. A estimativa da quantidade de serviço a ser contratado foi dimensionada a partir da análise dos sistemas existentes na empresa e dos que poderão ser desenvolvidos, implantados ou adquiridos no futuro.

5.2. Levou-se também em consideração o último contrato do objeto em análise. Foi replicada a unidade de medida base, chamada de Unidade de Serviço (US). 1 (uma) significa o atendimento de todo o escopo de atendimento necessário para o sistema SAP-CRM da empresa durante o período de um mês.

5.3. A estimativa de volumetria de serviço de sustentação durante todo o período do contrato (US: 3.607,20)

	Estimativa pré-contrato	1º Ano de Contrato	2º Ano de Contrato	3º Ano de Contrato	4º Ano de Contrato	5º Ano de Contrato
EUA / Mês	38,96	42,86	47,14	51,86	57,04	62,75
EUA / Ano	467,52	514,27	565,70	622,27	684,50	752,95
Total						3.607,20



5.4 Conforme propostas apresentadas, durante o procedimento do pregão eletrônico, deverá informar os dados conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	TIPO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Sustentação de Sistemas	3.607,20	NÓS	R\$ xx,xx	R\$ x.xxx.xxx,xx
Total Geral (5 anos)				

5.5. A classificação das propostas será designada por menor preço.

5.5.1. A proposta vencedora será a que obtiver o menor valor, formada pela soma dos itens que o compõe.

5.6. Os detalhes dos quantitativos estão descritos no anexo 1 no documento nº TLB-ASS-2025/04303.

6. Prazos, Local e Condições de Entrega ou Execução

6.1. Dois prazos

6.1.1. Início das operações

6.1.1.1 Até o 5º dia útil, após a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar um plano para a transição inicial que deverá ser realizada durante o 5º e 15º dia útil após a assinatura do contrato.

6.1.1.1.1. Este plano deve conter todas as ações possíveis para assumir integralmente as atividades conforme o escopo do respectivo contrato.

6.1.1.1.2. Deve prever a apresentação da equipe que estará envolvida em nossos trabalhos.

6.1.1.1.3. Nomeado e apresentado o preposto que deve atender aos requisitos descritos.

6.1.1.2 O prazo para início das atividades deve ocorrer em 15 dias úteis, a partir da data de assinatura do contrato propiciando a emissão dos pedidos de compra.

6.1.1.3 A contratada tem o prazo de 15 dias úteis, a partir dos dados de assinatura do contrato para provar a comunicação lógica, podendo, no máximo, existir pendências por parte da Telebras. A falta de liberação lógica não pode e não será considerada como empecilho para início da execução das atividades.

6.1.1.4 O contratante emitirá quantos pedidos de compras for possíveis durante a vigência do contrato, de acordo com seu planejamento executivo das atividades relacionadas ao objeto, até atingir o quantitativo máximo estimado.

6.1.1.5 O início do atendimento é definido como o momento em que a contratada é informada sobre o serviço, através do registro no sistema informatizado correspondente.

6.1.2. Para execução das atividades

6.1.2.1. Os prazos para o atendimento estão desejados no anexo 1 no documento nº TLB-ASS-2025/04303.



6.2. Condições de execução dos serviços

6.2.1. Os serviços contemplam atividades programadas previamente ou sob demanda, em conformidade com as necessidades da Telebras ao longo da execução contratual.

6.2.2. Caberá à contratação dimensionar a estrutura necessária com vistas a atender às demandas das ordens de serviços encaminhadas pela Telebras, tendo como base as atividades a serem realizadas, o perfil da equipe e a qualificação necessária dos profissionais.

6.2.3. Será permitida a subcontratação de parte do objeto para atendimento do objetivo, desde que em menor parte do objeto contratado e, caso seja aprovado, não repassar as obrigações para subcontratada mantendo a contratada responsável por garantir todos os critérios descritos no Termo de Referência.

6.2.4. A contratada se obriga a manter o preposto disponível para participar, nas dependências da GTI/Telebras, para o atendimento imediato das ofertas e participação de reuniões com a GTI/Telebras ou com outros fornecedores de TI. Cabe ao técnico a responsabilidade pelo pleno gerenciamento e execução dos serviços, pelo controle das entregas nos prazos definidos e pela distribuição das tarefas entre as equipes e alocação de outras pessoas, permissão para execução do contrato.

6.3. Da transição inicial

6.3.1. A transição inicial, a fim de preparar a contratada a assumir integralmente as obrigações advindas com o contrato, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a Telebras e será baseada em reuniões e repasse de documentos técnicos e/ou manuais específicos das soluções existentes.

6.3.2. Essa etapa deve ser realizada até 15º dia útil após a assinatura do contrato e deve ser produzida um relatório técnico final elaborado pela contratada e aprovado pela Telebras.

6.4. Da transição contratual final

6.4.1. Todo conhecimento adquirido ou desenvolvido bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados deverá ser disponibilizado à Telebras ou empresa por ela designada até a data de finalização do contrato.

6.4.2. Para isso, um plano de transição final, contemplando todas as atividades necessárias para uma transição completa, deverá ser entregue à Telebras pela contratada 03 (três) meses antes da expiração ou da finalização do contrato.

6.4.3. É de responsabilidade da contratação a execução do plano de transição final, bem como a garantia do repasse bem-sucedido de todas as informações necessárias para a continuidade dos serviços pela Telebras ou empresa por ela designada.

6.4.4. É de responsabilidade da Telebras (ou da empresa por ela designada) a disponibilidade dos recursos relacionados no plano de transição final como receptores do serviço.

6.4.5. O fato de a contratada ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela Telebras, que venham a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo credor, constituirá quebra de contrato, sujeitando-a às obrigações em relação a todos os danos causados à Telebras por esta falha.

6.4.6. O plano de transição final ocorrerá em paralelo ao atendimento das atividades em andamento.

6.4.7. A Telebras reserva-se o direito de reduzir ou dispensar o Plano de Transição Contratual Final no caso do novo provedor contratado venha a comprovar que detém domínio pleno sobre as atividades.

6.5. Da transferência do conhecimento



6.5.1. A transferência de conhecimento das soluções desenvolvidas pela contratada deverá ser viabilizada, sem bônus adicionais para a Telebras, por meio de eventos específicos e baseados em documentos técnicos e/ou manuais específicos da solução desenvolvida. O cronograma e os horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pela Telebras.

6.5.2. A transferência de conhecimento deverá ser focada na solução aplicada, de forma que haja transferência do conhecimento da tecnologia utilizada. Ao final da transferência, os técnicos da Telebras ou outros por ela indicada deverão estar capacitados para realizar a instalação, a manutenção e a evolução das funcionalidades do sistema.

6.6. Do direito autoral e propriedade intelectual

6.6.1. A Telebras, para todos os efeitos da aplicação da Lei no 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e regulamentações correlatas, deverá ser o único proprietário de licença para utilização dos sistemas desenvolvidos, devendo, para tanto, a contratada ceder à Telebras, mediante cláusula contratual:

6.6.1.1. O direito de propriedade intelectual do software desenvolvido e das partes em desenvolvimento, de forma permanente, permitindo à Telebras a qualquer tempo distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações de licenças restritivas.

6.6.1.2. O projeto, suas especificações técnicas, documentos, códigos-fonte de programas, dados de identificação dos técnicos desenvolvedores e todos os produtos gerados na execução do contrato, para o caso de instrução de processo de registro do Sistema no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) pela Telebras.

6.6.1.3. Os direitos permanentes de instalação e uso do software, incluindo as licenças de uso das ferramentas de produtividade utilizadas para o desenvolvimento do sistema e permissão para sua manutenção corretiva e/ou evolutiva e todos os arquivos e programas necessários ao funcionamento do sistema a partir de ambiente computacional único, independentemente do número de servidores, transmissão utilizada e de usuários simultâneos.

6.6.1.4. Os direitos permanentes de uso e instalação sobre todas as adequações ao software e atualizações corretivas ou arquivos e rotinas a ele associado, fornecidos em decorrência do contrato, sem ônus adicionais à Telebras.

6.6.1.5. Os direitos a serviços de suporte à instalação, administração e uso de software e de arquivos auxiliares, durante todo o período de vigência do contrato, sem ônus adicionais à Telebras.

6.6.2. Desta forma, todos os direitos autorais da solução, documentação, "scripts", fontes e congêneres desenvolvidos durante a execução dos códigos de produtos são de propriedade da Telebras, ficando proibida a sua utilização pela contratada sem autorização expressa da Telebras.

6.6.3. A contratada não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese, códigos fontes, bem como qualquer informação sobre a arquitetura e/ou documentos, assim como dados e/ou metadados trafegados, produtos desenvolvidos e entregues, ficando responsável juntamente com a Telebras para manter a segurança da informação relativa aos dados e códigos durante a execução das atividades e no período posterior ao término da execução dos produtos.

7. Critério de Habilitação da Proposta/Qualificação Técnica

7.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar:

7.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência de, no mínimo, 12 (doze) meses consecutivos, na execução de contratos individuais de prestação de serviços de manutenção ou desenvolvimento de sistemas utilizando banco de dados Oracle 11g ou posterior, Mysql, PostgreSQL, Microsoft SQL Server, MongoDB, InfluxDB.



7.1.1.1 Justificativa: É necessária a garantia de que a empresa possua experiência nos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados para se tratar das soluções exigidas nos sistemas da Telebras.

7.1.2. Atestado ou conjunto de atestados de capacidade técnica fornecidos(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que totalizados comprovem a prestação de serviços técnicos de manutenção e/ou implantação de Projeto SAP, no período de 12 (doze) meses consecutivos, contendo os seguintes módulos: FI, CO, MM, SD, CRM, PS, SRM, FM, BPC, HCM, IM, PI, BW, WF, FIORI, Portal, Solman e ABAP.

7.1.2.1 Justificativa 01: Será permitido o somatório de atestados para efeito de comprovação do volume total de serviço exigido. No entanto, os serviços a serem somados devem englobar todos os módulos acima destacados. Exemplo: Caso a empresa licitante execute uma determinada implantação com os módulos: FI, CO, MM, PS, SRM, outra com os módulos: FM, BPC, HCM, IM, PI, BW, WF, Portal e ABAP não serão considerados aceitos, pois faltarão os módulos CRM, SD, FIORI e Solman.

7.1.2.2 Justificativa 02: O período de 12 (doze) meses consecutivos poderá ser definido para os sorteios da empresa licitante, independentemente do ano, independentemente do volume de serviços que foi executado. A exigência do período de um ano ininterrupto para a comprovação visa evitar que o somatório de atestados acumulados durante um longo período atinja o quantitativo exigido sem, no entanto, comprovar a capacidade logística e operacional do licitante em executar o volume de serviço previsto. Será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica operacional, desde que os serviços tenham sido executados em épocas concomitantes.

7.1.3. Atestado ou conjunto de atestados de capacidade técnica fornecida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que totalizados comprovem a prestação de serviços técnicos de implantação e/ou de manutenção (corretiva, adaptativa, preventiva e cosmética) de projeto de sistemas heterogêneos, no período de 12 (doze) meses consecutivos, contendo as seguintes tecnologias: PHP, Java, Tecnologias Javascript (Backend NodeJS, Vue, React, Angular e etc).

7.1.3.1 Justificativa 01: Será permitido o somatório de atestados para efeito de comprovação do volume total de serviço exigido. No entanto, os serviços a serem somados devem englobar todos os módulos acima destacados. Exemplo: Caso a empresa licitante execute uma manutenção com a tecnologia PHP, outra com as tecnologias: Node.js e não serão considerados aceitos, pois faltará Java.

7.1.3.2 Justificativa 02: O período de 12 (doze) meses consecutivos poderá ser definido para os sorteios da empresa licitante, independentemente do ano, independentemente do volume de serviços que foi executado. A exigência do período de um ano ininterrupto para a comprovação visa evitar que o somatório de atestados acumulados durante um longo período atinja o quantitativo exigido sem, no entanto, comprovar a capacidade logística e operacional do licitante em executar o volume de serviço previsto. Será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica operacional, desde que os serviços tenham sido executados em épocas concomitantes.

7.1.4. Atestado(s) de capacidade técnica fornecida(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência de, no mínimo, 12 (doze) meses consecutivos, na execução de contratos individuais de prestação de serviços de manutenção ou desenvolvimento de sistemas utilizando: DevOps (CI-CD – Integração e entrega contínua) em soluções containerizadas (Docker e Container.d), ambiente Kubernetes utilizando o orquestrador Rancher.

7.1.4.1 Justificativa: É necessária a garantia de que uma empresa possua experiência em DevOps, para se tratar das soluções adotadas nos sistemas da Telebras.

7.2. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente; serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

7.3. O licitante deverá apresentar as seguintes documentações complementares para fins de qualificação:



7.3.1. Cópia(s) de contrato(s), atestado(s) ou declaração(ões) que comprovem experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, até os dados da sessão pública deste Pregão, na prestação de serviços semelhantes ao objeto deste contrato.

7.3.1.1 Justificativa: Esta exigência visa garantir que exista intenção por parte da empresa em seguir no ramo ao qual se propõe a prestar os serviços, evitando assim empresas "aventureiras". Esta necessidade está em consonância com o item 9.1.13 do Acórdão 1214/13 "... seja inserido em edital, como qualificação técnica operacional, a obrigatoriedade da apresentação de atestado comprovando que a contratada tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 anos;"

7.4. Relativo à qualificação administrativa, financeira e tributária:

7.4.1. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante. A Telebras poderá solicitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

7.4.2. O licitante deverá apresentar documento que comprove o atendimento ao DECRETO Nº 9.637, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 que dispõe que todos os equipamentos destinados às atividades da administração pública federal direta, autárquica e fundamental, deverão ter características que permitam auditorias para fins de garantia de disponibilidade, integridade, confidencialidade e exploração das informações.

7.4.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou mediante publicação em órgão de imprensa oficial.

7.4.4. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor de determinados títulos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certificados constitui meio legal de prova, conforme disposto no parágrafo terceiro do artigo 43 do Decreto n.º 10.024/2019.

8. Da Estimativa de Preços

8.1. O inciso II do art. 85 do Regulamento de Licitação e Contratos da Telebras estabelece que a estimativa de preços será sigilosa quando o seleções de julgamento para: menor preço, melhor combinação de técnica e preço, melhor conteúdo artístico, maior oferta de preço ou maior retorno econômico.

9. Da Dotação Orçamentária

9.1 Alinhamento PEI 2025-2030: o atendimento da necessidade está alinhado ao planejamento estratégico da Telebras.

9.1.1 I - Perspectiva Conectividade, Inclusão e Transformação Digital, OE.5 - Executar as Políticas Públicas de Inclusão e Transformação Digital Assegurando a Conectividade Significativa à Internet.

9.2 Alinhamento PDTI: o atendimento da necessidade está alinhado ao plano diretor de tecnologia da informação da Telebras.

9.2.1 I - Dimensão: Processos internos:

- OE.TI.01 - Garantir a infraestrutura que atenda aos requisitos da estratégia.
- OE.TI.03 - Garantir a disponibilidade dos serviços de TI em níveis aceitáveis.

9.3 Dotação orçamentária está prevista para o ano de 2025. Essa contratação é parte do PLAC - 2025 da Telebras:

- 3700-GTI_003 - Fábrica de Software - Fábrica de Software (Suporte).

10. Da Vigência do Contrato

10.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura em conformidade com o Art. 19 da RELIC Telebrás.



10.1.1. Conforme os termos deste documento e o estudo técnico preliminar, trata-se de serviço continuado o que respalda o prazo solicitado.

10.2. Resiliência

10.2.1. Após 12 (doze) meses subsequentes à celebração deste Contrato, qualquer das partes poderá solicitar a resilição deste instrumento, por meio de correspondência a ser entregue com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência.

11. Das Condições e Prazos de Pagamento

11.1. As faturas somente poderão ser emitidas após a determinação dos serviços e a confirmação de que todos os serviços foram fornecidos, e ocorrerão mensalmente, atestados pelo fiscal.

11.2. No valor a ser pago à contratada estão incluídos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, previdenciárias e encargos sociais e trabalhistas, além de quaisquer outras despesas permitidas à execução do contrato.

11.2.1. estão incluídos também todos os custos com viagens, deslocamento, diárias e passagens permitindo ao cumprimento das atividades descritas neste termo de referência, englobando atividades a serem realizadas em Brasília.

11.3. O pagamento será efetuado, em moeda corrente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da entrega da nota fiscal/fatura, com emissão de ordem bancária para crédito em conta corrente da contratada, ficando a mesma responsável em fornecer e manter atualizados todos os seus dados bancários, para fins de recebimento.

11.4. Uma nota fiscal rejeitada por falta de clareza na descrição do objeto, valor dos impostos, dados e validade, dentre outros fatores, será devolvida à contratada para correções, iniciando a contagem do prazo de pagamento na sua reapresentação.

11.5. O ato de devolução da nota fiscal para a contratada, conforme exposto no subitem acima, em nenhuma hipótese autoriza ou enseja a contratada a rescindir a execução do objeto bem como não enseja o encargo moratório em prejuízo da Telebras, constante deste Termo de Referência.

11.6. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da regularidade fiscal da contratada.

11.7. Nos casos de eventuais atrasos no pagamento da nota fiscal devidamente atestada, desde que o licitante vencedor não tenha corrido de alguma forma para tanto, será atualizado financeiramente até os dados do pagamento efetivo, de acordo com a variação do IPC, pro rata dia, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre os dados previstos para o pagamento e o pagamento efetivo

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira em que i = variação IPC

12. Do Reajuste/Repactuação/Reequilíbrio

12.1. Poderá ocorrer após, no mínimo, um ano de prestação de serviços, se previamente solicitado.



12.2. Para efeito da definição do índice, máximo, a ser aplicado nos reajustes, adotamos a variação de custos definidos pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

12.3. Os reajustes subsequentes ao primeiro serão implementados quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, a Telebras pagará à contratada, a importância calculada pela última variação conhecida.

12.5. Caso o índice previsto para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela então legislação em vigor.

13. Da Garantia da Execução do Contrato

13.1. A contratada deverá apresentar à Telebras, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação pela TELEBRAS, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, sob qualquer das modalidades previstas no § 1º, Art. 70 da Lei nº 13.303/16, podendo optar por: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.2. A garantia prestada será liberada ou restituída após o termo da vigência contratual prestada ou disposta no art. 70, § 4º da Lei nº 13.303/16.

13.3. No caso da utilização de garantia pela Telebras, em função de quaisquer sanções administrativas ou glosa, para se ressarcir de prejuízos resultantes de ação ou omissão da contratada, bem como para liquidação de danos por ela causados a terceiros, na execução do contrato, a contratada deverá fazer a respectiva regulamentação, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, a contar dos dados em que for notificado, sob pena de aplicação das aplicações.

13.4. Uma garantia prestada pela contratada responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas que vierem a ser impostas pela Telebras. Se uma multa por valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando pelo caso, cobrado judicialmente.

13.5. No caso de eventuais repactuações, a contratada deverá aumentar a garantia no percentual proporcional ao valor repactuado, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação pela Telebras.

13.6. Quando uma garantia prestada por meio de títulos de dívida pública, a titularidade destes deverá ser detalhada à Telebras, enquanto perdurarem as obrigações da contratada.

13.7. Em caso de fiança bancária, deverá constar o instrumento de renúncia, expresso pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos 827 e 836 do Código Civil Brasileiro, assim como conter cláusula de prorrogação automática, até que a Telebras confirme o cumprimento integral das obrigações da contratada.

14. Da Garantia do Objeto

14.1. A garantia para os serviços prestados será obrigatória e seu prazo será de 90 (noventa) dias, a contar dos dados do atestado fiscal.

14.2. Durante o prazo de garantia, todos os eventuais erros ou falhas identificadas deverão ser corrigidos pela contratada, sem bônus para a Telebras.

14.3. Estas consultas ocorrerão em ferramenta indicada pela Telebras.

14.4. O prazo de garantia deverá ser respeitado pela contratação mesmo após o termo do prazo de vigência do contrato.



14.5. O prazo máximo para as dívidas ações consta na descrição dos serviços de sustentação, como Manutenção Corretiva.

14.6. O desrespeito aos prazos acima definidos fica sujeito às deliberações nos termos definidos na ANS descritos nos serviços de sustentação onde serão utilizados como base de cálculo a ordem de serviço original.

15. Da Fiscalização e Acompanhamento

15.1. A execução dos serviços a serem contratados, objeto deste Termo de Referência, será integrada por servidor indicado para atuar como fiscal de contrato titular e um fiscal de contrato suplente, em conformidade com a Diretriz 228 - Fiscalização de Contratos Administrativos, o qual deverá observar a obrigatoriedade de elaborar, mensalmente, relatório de acompanhamento, constando a medição, a avaliação do desempenho da contratada e as possíveis ocorrências relacionadas ao descumprimento de cláusulas contratuais, subsidiando o aceite, o atesto e a efetivação do pagamento.

15.2. No cumprimento de suas atribuições, o fiscal do contrato titular e, na sua ausência, o fiscal do contrato suplente, atuará com suporte das demais áreas internacionais da Telebras envolvidas no processo de gestão contratual, e ele competirá dirimir as dúvidas que surgirem durante a vigência do Contrato e de tudo irá ciência à Administração, conforme definido no art. 132 do Regulamento de Licitação e Contratos da Telebrás.

15.3. Os Fiscais do contrato designados serão responsáveis pela execução da fiscalização, ou seja, pelo acompanhamento e coleta de materiais, equipamentos e serviços existentes nos pedidos de compra, gestão dos requisitos contratuais e abertura do processo de pagamento (atesto de notas fiscais).

15.4. Os dados dos respectivos fiscais (nome, e-mail e telefone fixo) serão informados à contratada, na reunião de kick-off.

15.5. A gestão do contrato ocorrerá através dos procedimentos descritos neste Termo de Referência e seus anexos.

15.6. O fiscal do contrato (titular ou suplente) e o gestor do contrato decidirão sobre a abertura de processo administrativo e a resolução de quaisquer questões não definidas neste Termo de Referência.

16. Das Obrigações da Telebrás

16.1. Permitir o acesso dos profissionais contratados para prestação de serviços.

16.2. Proporcionar as condições possíveis para que a contratada possa cumprir o que estabelece o edital e o contrato.

16.3. Prestar à contratação as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para a efetivação do Completo.

16.4. Efetuar o pagamento à contratada conforme prazo e forma prevista neste termo de referência.

16.5. Notificar a contratada, por escrito, todas as ocorrências atípicas registradas na fase de entrega.

16.6. Comunicar a contratada para que seja efetuada a substituição de um funcionário que, por qualquer motivo, não esteja correspondendo às expectativas.

16.7. Fiscalizar toda a execução do objeto, inclusive durante o período de garantia, como forma de garantir todas as condições condicionais.

16.8. Dirimir, por meio do fiscal do contrato, as dúvidas que surgem no curso da prestação dos serviços.



16.9. Evite o emprego de qualquer produto que considere incompatível com as especificações apresentadas na proposta da contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos funcionários da Telebras.

17. Das Obrigações da Contratada

17.1. Realizar a entrega do objeto conforme previsão e prazos descritos neste termo, a contar da assinatura do contrato e de acordo com as especificações técnicas e demais condições expressas neste termo de referência.

17.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, técnica e trabalhista no edital e em seus anexos e que ensejaram a contratação, sob pena da retenção dos pagamentos até sua regularização, sem ônus para a Telebras e sem prejuízo da aplicação das sanções decorrentes.

17.3. Manter sede, filial ou escritório, caso não possua, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar dos dados da assinatura do contrato, em Brasília/DF, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Telebras, bem como qualquer procedimento da empresa. Conforme item 9.1.11 do Acórdão 1214 /13 "Seja incluído em contrato a obrigatoriedade de uma contratada instalação, em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório em local (cidade/município) previamente definido pela administração".

17.4. Seguir as normas, políticas e procedimentos da Telebras, no que se refere à execução do objeto contratual.

17.5. Responsabilizar-se pela perfeita aplicação do objeto do contrato, arcando com os eventuais prejuízos causados à Telebras ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida pelo pessoal envolvido na execução do objeto contratado, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela Telebras.

17.6. Comunicar à Telebras, por escrito, quaisquer anormalidades que coloquem em risco o sucesso e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo ações corretivas.

17.7. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações e dados, contidos em quaisquer meios e documentos, que seus funcionários ou prepostos venham a obter em função dos serviços prestados à Telebras, respondendo pelos danos que vierem a ocorrer.

17.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados a equipamentos, instalações, patrimônios e bens da Telebras ou de terceiros, em decorrência da entrega ou retirada de produtos e da execução dos serviços deste termo de referência.

17.9. Manter, durante a execução do contrato, as condições que ensejaram a contratação.

17.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações oriundas da adjudicação, sem prévia e expressa anuência da Telebras.

17.11. Assegurar a cobertura de garantia de qualidade com assistência técnica fornecida, *on-site*, seguindo os padrões dos fabricantes e utilizando-se de mão-de-obra fornecida.

17.12. Indicar, formalmente, o pedido para representá-lo junto ao contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

17.13. Atender prontamente a todas as orientações e critérios fiscais do contrato, específicas à execução do objeto contratual.

17.14. Mantenha o canal de atendimento conforme previsto no presente termo de referência.



17.15. Proporcionar todos os meios e facilidades de permissão à fiscalização dos serviços pelo contratante cujo representante terá poderes para sustentar o serviço, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária e recusar materiais e equipamentos empregados que julgue inadequados.

17.16. Cumprir e obedecer às normas internas de segurança, acesso e permanência às dependências físicas da Telebras, quando necessário à execução de objeto contratual.

17.17. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas decorrentes da execução do objeto contratual.

17.18. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação aplicáveis no instrumento convocatório.

17.19. Não veicular publicidade ou qualquer informação sobre a prestação do objeto desta contratação sem autorização prévia da Telebras, sob pena de medidas administrativas.

17.20. A contratada se compromete para a execução dos serviços contratados pela Telebras, profissionais com:

17.20.1. Competências e certificações válidas nas interferências dos serviços, bem como capacitá-las nas tecnologias que eventualmente venham a ser utilizadas durante a sua execução. Tal qualificação sempre que ocorrer pela Telebras, deverá ser comprovada por currículos e certificados oficiais.

17.20.2. Preposto, com certificação PMP fornecida pelo PMI - Project Management Institute (www.pmi.org) e experiência mínima comprovada de 12 (doze) meses em gerenciamento de projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, com as seguintes responsabilidades:

17.20.2.1. Executar a gestão geral do contrato por parte da contratada, com a visão de todas as ordens de serviço em desenvolvimento, com o objetivo de garantir a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos e atender todos os requisitos.

17.20.2.2. Participar periodicamente, sempre que convocado pela Telebras, de reuniões de atividades referentes aos serviços de execução, em ambiente de interesse da Telebras, com representantes da Telebras.

17.20.2.3. Levar para as reuniões periódicas de acompanhamento as situações não resolvidas em nível de gerenciamento das Ordens de Serviço.

17.20.2.4. Realizar a gestão quanto aos aspectos administrativos e legais do contrato.

17.21. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outras derivadas ou conexões com o contrato, permanecendo ainda, para todos os efeitos legais, inexistente qualquer vínculo empregatício entre seus colaboradores e/ou preposto e a Telebras.

17.22. Informar à Telebras, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, CPF e o número da carteira de identidade dos colaboradores disponibilizados para a prestação de serviços, bem como ocorrências de afastamento definitivo e as substituições em casos de falta, ausência legal ou férias.

16.23. Assegurar, nos casos de greve ou paralisação dos seus colaboradores, a continuação da prestação dos serviços, por meio da execução de ações de contingências, inclusive nos casos de greve ou paralisação dos transportes públicos, hipóteses em que deverá promover, às suas despesas, os meios necessários para que os seus colaboradores cheguem aos seus locais de trabalho.

17.24. Manter seus funcionários, quando nas dependências da Telebras, devidamente identificadas com crachá inscrito pela contratada, não qual será, no mínimo, sua razão social, nome completo do colaborador e sua fotografia.



17.25. Tomar todas as disposições e obrigações previstas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie acima vítimas dos seus funcionários, no desempenho dos serviços ou na conexão com eles, ainda que verificados nas dependências da Telebras.

17.26. Cumprir, às suas despesas, todas as cláusulas contratuais que definem suas obrigações.

18. Sanções

18.1. Além daquelas determinações determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a contratada estará sujeita a:

18.1.1 Pela inexecução total ou parcial, ou ainda por atraso ou descumprimento das obrigações da contratada, a Telebras pode, assegurado o devido processo legal, aplicar deliberações de natureza pecuniária, de obrigações de fazer ou de não fazer e, em especial, as seguintes sanções:

a) Publicidade escrita;

b) Multas; e

c) Suspensão temporária para participação de licitação e impedimento de contratação com a Telebras, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

18.2. Pela inexecução total ou parcial ou descumprimento das obrigações aplica-se à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, assegurado o devido processo administrativo.

18.3. Caso a contratada não cumpra os itens de garantia descritos no item 13 desse termo de referência será imposta multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato por ocorrência de atraso superior a 20 (vinte) dias sem justificativa de caso fortuito e/ou força maior.

18.4. Caso a contratada tenha aplicação da mesma glosa, esse termo de referência, por 3 (três) meses consecutivos será imposta multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato por ocorrência de reincidência.

18.5. Caso a contratada não cumpra o período indicado de resiliência aplicar-se-á à contratada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

18.6. As previsões neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a união ou a Telebras poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.8. Nenhuma negociação será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia pela contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar dos dados em que serão comunicados pela Telebras.

18.9. A multa, imposta eventualmente à contratada, após processo administrativo sancionatório, poderá ser acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Telebras, será-lhe concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão direcionados à administração para proceder à cobrança judicial.

18.10. As multas previstas não eximem a nesta seção adjudicatória ou contratada de componentes de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a causar à administração.

18.11. Serão aplicadas as seguintes glosas a contratadas que não disponibilizam:



18.11.1. O preposto, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar dos dados da assinatura do contrato, será aplicada glosa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

18.11.1.1 O substituto do preposto, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da data da saída do anterior, será aplicada glosa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

18.11.2. Plano de transição inicial, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar dos dados da assinatura do contrato, será aplicada glosa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, limitado a 2% (dois por cento), calculado sobre o valor total do contrato.

18.11.3. Plano de transição final, no prazo de 03 (três) meses antes da expiração ou da finalização do contrato, será aplicada glosa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

18.11.4. A transferência de conhecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos após solicitação formal da Telebras, será aplicada glosa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

18.11.5. A comunicação lógica, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar dos dados da assinatura do contrato, será aplicada glosa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

18.12. Não Conformidade

18.12.1. Nos casos de recebimento de envio de não conformidade, especificados no Anexo I, a contratada estará sujeita a uma glosa de natureza não compensatória, conforme fórmula abaixo:

$M = D \times F \times U$ Onde:

M = Valor da multa (R\$)

D = Quantidade de notificações de não conformidade

F = Fator de progressividade a ser determinado conforme tabela abaixo

U = Unidade Monetária de Multa (R\$)

QUANTIDADE DE NÃO CONFORMIDADE NO MÊS DE COMPETÊNCIA
--

MAIOR QUE OU IGUAL	OU MENOR QUE OU IGUAL	FATOR DE PROGRESSIVIDADE
1	5	5
6	10	7
11	15	9
16	20	11



21			30			13		
31			40			15		
41			50			17		
51			60			19		
61			70			21		
71			80			23		
81			*			25		
UNIDADE	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5			
Você	25	30	35	40	50			

18.12.2. As deliberações relativas à aplicação de não conformidade são limitadas a 15% (quinze por cento) do valor total do faturamento do mês do fechamento da não conformidade.

19. Da Sustentabilidade Social e Ambiental

19.1. A comunicação entre as empresas dar-se-á através de sistemas de forma a reduzir a utilização de papel.

20. Do Consórcio e da Subcontratação

20.1 Será permitida a subcontratação de parte do objeto para atendimento do objetivo, desde que em menor parte ao objeto contratado e, caso seja divulgado, não repassar as obrigações para subcontratada mantendo a contratada responsável por garantir todos os critérios descritos no Termo de Referência.

20.2 Não será permitido consórcio.

21 . Das Disposições Gerais

21.1. A contratada é integralmente responsável pela manutenção do sigilo sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte, artistas, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgada, reproduzir ou utilizar.

21.2. No conjunto com o contrato será firmado acordo de confidencialidade entre a Telebras e a contratada e os seus empregados e discussão de serviços, estabelecendo o compromisso de não divulgar nenhum assunto tratado na prestação de serviços objeto de licitação.



21.3. A contratada fica obrigada a obedecer às políticas e normas de segurança de informações exigidas pela Telebras.

21.4. Para a prestação dos serviços deve-se prever uma comunicação lógica entre a contratada e a Telebras e deve seguir os seguintes critérios:

21.4.1. A contratada deverá utilizar comunicação de conexão ponto a ponto com criptografia, utilizando-se de uma VPN no modelo adotado na Telebras entre suas instalações e a Telebras, com velocidade adequada à prestação do serviço. A contratada deverá arcar com todos os custos de instalação, manutenção ou quaisquer outros relacionados ao estabelecimento e manutenção da VPN, durante a vigência do contrato.

21.4.2. A conexão entre as instalações da contratada e a Telebras será utilizada, quando autorizada pela Telebras, para realizar testes integradores nos ambientes de desenvolvimento/teste/homologação, incluir /consultar/atualizar documentações no Gitlab, acessar o sistema informatizado de controle de demanda /parametrização e acessar o sistema de controle de chamados.

21.4.3. A comunicação lógica deve ser fornecida no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato.

21.5. Os serviços a serem realizados aos sábados, domingos e feriados não implicarão em nenhuma forma de acréscimo ou majoração nos valores dos serviços, razão pela qual será imprecendente a exigência de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, bem como, horas extras ou adicionais noturnos.

21.6. Para efeito de todos os cálculos de horário comercial deve-se considerar o funcionamento da Telebras no horário 07:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Desta forma, os serviços realizados nas dependências da Telebras deverão ser realizados preferencialmente neste local.

21.6.1. Excepcionalmente a Telebras poderá indicar que em determinado período existirá horário extraordinário, neste caso a contratada será notificada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e não será permitido nenhum acréscimo nas especificações de serviço.

21.7. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, uma promoção de diligência específica ou complementar à instrução do processo.

21.8. Fica assegurado à Telebras o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

21.9. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22. Do Foro

22.1 Fica eleito o foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

23. Anexos

23.1 ANEXO 1 - Especificações Técnicas de Aquisição, no documento nº TLB-ASS-2025/04303.

Brasília, 17 de julho de 2025.

MIRIAN ESTER SUCENA SILVA
Assessora II
Gerência de Tecnologia da Informação



THIAGO FERREIRA PORTELA
Coordenador
Gerência de Tecnologia da Informação

LUIZ OTÁVIO COLLYER PONTES
Gerente
Gerência de Tecnologia da Informação

